

Câmara vai realizar hoje primeira votação do PDU

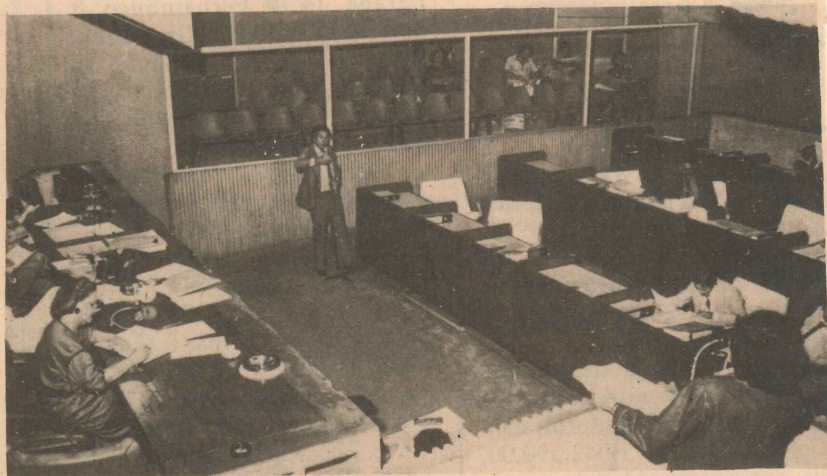
PDU
Vitória

A Câmara Municipal de Vitória começa a apreciar hoje, em sessão extraordinária às 9 horas da manhã, o Plano Diretor Urbano (PDU) para a primeira votação. Serão necessárias três discussões: quanto à constitucionalidade, que deverá acontecer hoje, quanto ao mérito, que é a segunda discussão, e, finalmente, a terceira e última, que é a redação final. Ontem, diversos vereadores se pronunciaram a respeito do Plano Diretor Urbano de Vitória, no que se refere ao mérito do projeto. A reunião foi iniciada às 16 horas, encerrando-se a discussão às 19 horas, sem que houvesse tempo para a votação, que acabou sendo adiada para hoje.

Ontem, os vereadores Arnaldo Pinto da Vitória e Máximo Vieira Varejão falaram sobre o mérito do projeto, tecendo considerações sobre os gabaritos e outros detalhamentos técnicos, enquanto o vereador José Esmeraldo de Freitas levantou a questão do gabarito de Jardim da Penha, considerando pernicioso para o bairro uma verticalização acentuada. Ele lembrou, contudo, que, devido ao fato de existirem poucas áreas ainda em condições de receber construções no local, o problema da verticalização não seria muito grave.

Os moradores de Jardim da Penha temem, no entanto, que exatamente pelo fato de haver poucos terrenos para receber edificações no bairro, os proprietários de residências unicelulares sejam pressionados pelos grandes conglomerados da construção civil no Estado a vender seus imóveis, para que possam ser construídos edifícios mediante altas ofertas e ainda sobre a promessa de cessão de um ou dois apartamentos, a critério do proprietário do imóvel, no prédio. E foi para evitar que situações como essa — que se verificaram na Praia do Canto — aconteçam em Jardim da Penha que a comunidade resolveu se mobilizar e pedir que fosse criada uma legislação especial para o bairro, que impedisse a construção de prédios acima de quatro pavimentos.

Ontem, durante a sessão, os vereadores das bancadas do



Os vereadores debateram ontem o mérito do plano

PMDB — maioria — e do PDS iniciaram entendimentos para apresentação de uma emenda a ser proposta durante a discussão e votação do projeto quanto ao mérito, para atender às reivindicações dos moradores de Jardim da Penha, que ontem, portando cartazes, voltaram a ocupar as galerias do plenário da Câmara Municipal, na tentativa de sensibilizar os vereadores para os problemas que eles acreditam existirem com a verticalização das construções no bairro. O temor dos moradores, além da superpopulação, é de que a infraestrutura do local não resista à triplicação da população, que segundo o vereador Ruy Crespo, provocará, inevitavelmente, a poluição — e no futuro, até interdição — da praia de Camburi. O vereador, inclusive, já chegou a pedir a interdição da praia do Iate, devido ao elevado índice de poluição provocado pelo despejo de esgotos da cidade, através das galerias pluviais que desembocam no local.

Ao falar sobre o início da votação do projeto hoje, o vereador Stan Stein, disse não concordar com a sua constitucionalidade, apesar dele ter recebido parecer favorável da Comissão de Legislação e Justiça. Segundo Stan, o artigo referente ao Conselho Municipal, da forma como foi redigido, é inconstitucional. Ele lembrou também, que durante as discussões de ontem, o aspecto da constitucionalidade do tombamento de imóveis previsto no plano foi discutido, sem que, no entanto, se chegasse a uma conclusão. Ele admitiu, inclusive,

que pode surgir hoje uma emenda com relação ao capítulo de tombamento de prédios.

Stan Stein destacou em seu pronunciamento que o Conselho Municipal não é constitucional, porque a Prefeitura de Vitória não poderia indicar representantes de órgãos tais como a Telest, Escelsa, Cesan e até mesmo sindicatos e entidades de classe, pois eles escapam da autonomia municipal. Stan entende que a designação dos sete secretários municipais indicados pela prefeitura está constitucionalmente certa, mas, para os demais, deveria existir uma condição autorizativa de participação, sem determinação, porque não são empresas autárquicas, sobre as quais a municipalidade não tem condições de exercer nenhuma influência.

Ele pretende, inclusive, apresentar uma emenda em torno do assunto ainda dentro do seu pensamento inicial de modificação da lei orgânica, de forma que essas empresas estatais ligadas aos governos estadual e federal sejam transformadas em concessionárias da municipalidade, que teria então condições de impor exigências. O vereador fez questão de frisar que não está se posicionando contra o conselho, mas pretendendo apenas modificar a forma como ele foi redigido, para garantir a constitucionalidade do projeto. Segundo o vereador, ele quer também emprestar sua total colaboração para que as reivindicações dos moradores de Jardim da Penha sejam incluídas no Plano Diretor Urbano de Vitória.